

A curricularização da extensão a partir de projetos integradores na Licenciatura em Ciências Exatas

The curricularization of extension based on integrative projects in Exact Science teaching degree

**Roberta Chiesa Bartelmebs¹, Camila Tonezer², Tiago Venturi³,
Thais Cristina dos Santos⁴**



RESUMO

O artigo aborda os desafios enfrentados pelas universidades na implementação da curricularização da extensão, conforme proposto no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Ele destaca a iniciativa da Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina, especificamente no Curso de Licenciatura em Ciências Exatas, para integrar a carga horária extensionista ao currículo do curso. A partir das discussões do núcleo docente estruturante, optou-se pela organização de duas disciplinas de projetos integradores. Nestas disciplinas, ofertada para alunos calouros, e dividida entre dois departamentos do Setor Palotina, contemplam-se conteúdos acerca do histórico e do papel da extensão universitária, bem como vivenciam as ações extensionistas na prática, em parceria com os projetos e programas extensionistas dos docentes colaboradores. Desta forma, parte da carga horária extensionista do curso é cumprida nas disciplinas em interação direta com a comunidade por meio dos projetos extensionistas participantes. Essa abordagem proporciona aos estudantes a oportunidade de participar de ações práticas na comunidade, aumentando seu engajamento com o curso e incentivando sua continuidade na participação em projetos extensionistas, especialmente quando há oferta de bolsas de extensão universitária.

Palavras-chave: Plano Nacional da Educação. Engajamento estudantil. Setor Palotina.

ABSTRACT

The article addresses the challenges faced by universities in implementing the curricularization of extension, as proposed in the National Education Plan (2014-2024). It highlights the initiative of the Federal University of Paraná - Palotina Sector, specifically in the bachelor's degree in Exact Sciences, to integrate extension hours into the course curriculum. Following discussions among the structuring teaching staff, it was decided to organize two integrative project courses. These courses, offered to freshman students and divided between two departments of the Palotina Sector, encompass content on the history and role of university extension, as well as provide hands-on experience with extension activities, in partnership with the collaborative projects and extension programs of the teaching staff. Thus, part of the extension hours of the course is fulfilled in courses that directly interact with the community through participating extension projects. This approach provides students with the

¹Doutora. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Palotina, Paraná, Brasil. E-mail: roberta.bartelmebs@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1057-6623>

²Doutora. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Palotina, Paraná, Brasil. E-mail: ctonezer@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9238-1506>

³Doutor. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Palotina, Paraná, Brasil. E-mail: tiago.venturi@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2263-8585>

⁴Mestre. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Palotina, Paraná, Brasil. E-mail: thaiscrisblanger@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2001-5301>

⁴ Mestre. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Palotina, Paraná, Brasil. E-mail: thaiscrisblanger@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2001-5301>

opportunity to engage in practical community activities, increasing their involvement with the course and encouraging their continued participation in extension projects, especially when there is an offer of university extension scholarships.

Keywords: National Education Plan. Student engagement. Palotina Sector.

INTRODUÇÃO

No ano de 2014 foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE), (Lei 13.005/2014), com vigência para 10 anos (2014-2024). O PNE foi elaborado como um instrumento de planejamento de políticas educacionais para o país. Foram estabelecidas 20 metas a serem cumpridas ao longo de sua implementação, abrangendo desde a educação infantil até a pós-graduação.

Entre as metas do PNE estavam a universalização da educação infantil, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação, a ampliação do acesso ao ensino superior, a curricularização da extensão universitária, dentre outras.

A curricularização da extensão, no contexto do PNE está contida na estratégia 12.7 e refere-se à integração das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, de forma a garantir que os estudantes tenham a oportunidade de vivenciar e participar de ações que promovam a interação entre a universidade e a sociedade. Isso envolve não apenas a realização de atividades práticas fora do ambiente acadêmico, mas também a reflexão teórica e crítica sobre essas experiências, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Diversos estudos já foram produzidos para avaliar os impactos dessa meta no currículo e na formação de professores ao longo dos últimos anos, tais como os estudos de Bezerra, Souza e Colares (2022), que apontam que ao incorporar a extensão universitária, os currículos das licenciaturas ampliam a formação docente crítica e comprometida. E ainda o trabalho de Souza et al (2023), que por meio de uma revisão integrativa do tema conclui que é possível identificar em diversos trabalhos a construção de currículos que promovam uma formação inicial significativa, bem como de diversos trabalhos que explanam acerca de experiências metodológicas curriculares de implementação dessa normativa legal.

Assim, este trabalho insere-se também como um trabalho que visa relatar a implementação de duas disciplinas criadas especialmente para contemplar a curricularização da extensão universitária no curso de Licenciatura em Ciências Exatas na UFRP Setor Palotina. Na seção que segue, apresentaremos algumas reflexões teóricas acerca do papel da extensão no ensino superior para posteriormente apresentarmos a elaboração e consolidação das referidas disciplinas.

A IMPORTANCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Extensão Universitária é uma ação política e intencional presente na educação superior do mundo inteiro. Especialmente na América Latina, que teve o surgimento da Educação Superior tardiamente reconhecido (Barreto e Filgueiras, 2007), está fortemente vinculada com a educação popular (Gadotti, 2017). Mas foi há mais de trinta anos atrás, no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o atual FORPROEX, que essa iniciativa ganha corpo e essência:

Para o FORPROEX [realizado em 1987] a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é "uma via de mão-dupla" entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam (Gadotti, 2017, p.02).

Assim, logo em seguida, a constituição de 1988 em seu artigo 207, estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996 institui a extensão universitária como uma das atividades fins da Universidade.

No entanto, embora decorridas várias décadas destas legislações, podemos dizer, assim como Silva (2020) que o conceito de extensão universitária está ainda em construção em nossas universidades. Isso pode se configurar, em partes, pelas próprias ações extensionistas pontuais, como os cursos e eventos oferecidos pelas Universidades. Como aponta Silva (2020) para o senso comum, a ação extensionista pode ter apenas esta dimensão “prática” de oferecer algo para a comunidade. Aspecto que já foi bastante criticado e elucidado por Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação* originalmente publicada em 1968 no seu exílio no Chile.

A partir de suas críticas acolhe-se a ideia de que a Extensão Universitária não seja apenas uma ação de estender o saber acadêmico até o povo. Isto é: “A palavra estrutura que, por sua etimologia, se ligou inicialmente ao arquitetônico, sofreu extensão significativa e passou a ser empregada em economia, linguística, psicologia, antropologia, sociologia etc. Pedro é agrônomo e trabalha em extensão (grifos do autor, Freire, 2013, p. 11).

Para Freire, o emprego do termo extensão implica intrinsecamente na ideia de que há: “a necessidade de que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo” (Freire, 2013, p.15). Em contrapartida, o autor apresenta o termo comunicação como uma mediação mais adequada a tarefa do educador extensionista. Essa visão perpassa a atual concepção de extensão universitária proposta pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que entende que:

Assim, logo em seguida, a constituição de 1988 em seu artigo 207, estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996 institui a extensão universitária como uma das atividades-fim da Universidade.

No entanto, embora decorridas várias décadas destas legislações, podemos dizer, assim como Silva (2020) que o conceito de extensão universitária está ainda em construção em nossas universidades. Isso pode se configurar, em partes, pelas próprias ações extensionistas pontuais, como os cursos e eventos oferecidos pelas Universidades. Como aponta Silva (2020) para o senso comum, a ação extensionista pode ter apenas esta dimensão “prática” de oferecer algo para a comunidade. Aspecto que já foi bastante criticado e elucidado por Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação* originalmente publicada em 1968 no seu exílio no Chile.

A partir de suas críticas acolhe-se a ideia de que a Extensão Universitária não seja apenas uma ação de estender o saber acadêmico até o povo. Isto é: “A palavra estrutura que, por sua etimologia, se ligou inicialmente ao arquitetônico, sofreu extensão significativa e passou a ser empregada em economia, linguística, psicologia, antropologia, sociologia etc. Pedro é agrônomo e trabalha em extensão (grifos do autor, Freire, 2013, p. 11).

Para Freire, o emprego do termo extensão implica intrinsecamente na ideia de que há: “a necessidade de que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo” (Freire, 2013, p.15). Em contrapartida, o autor apresenta o termo comunicação como uma mediação mais adequada a tarefa do educador extensionista. Essa visão perpassa a atual concepção de extensão universitária proposta pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que entende que:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade FORPROEX (2012, p. 27). A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade FORPROEX (2012, p. 27).

Desta forma, a Extensão Universitária passa a ser entendida como um processo complexo, que envolve interação, transformação e comunicação entre os saberes da Universidade e da comunidade. Neste sentido, o extensionista não “estende” seu conhecimento para fora dos muros da Universidade, mas cria pontes entre diferentes comunidades e, portanto, diferentes formas de ser e de fazer no mundo. E isso impacta diretamente no currículo universitário, conforme demonstraremos no tópico a seguir.

O IMPACTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURRÍCULO DA UNIVERSIDADE

A partir do Plano Nacional de Educação (2014-2024) institui-se a curricularização da extensão universitária como meta a ser cumprida. De acordo com Steigleder, Zucchetti e Martins (2019), é a partir da meta 12, citada a seguir, desdobrada em 21 estratégias, que se sugere a curricularização da extensão universitária.

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, PNE 2014-2024).

Para as autoras, existe uma forte ligação entre o financiamento público das vagas nas Universidades por meio dos programas governamentais e a inserção da extensão universitária como possibilidade curricular. Conforme aponta Serva (2020) as políticas nacionais conferem o aspecto macro da elaboração curricular das instituições de educação superior, no entanto, os contextos particulares influenciam nos aspectos do microcosmos que envolve a prática curricular.

Para a autora, o currículo vai muito além da grade horária e do conjunto de disciplinas ofertadas, indo ao encontro do que defende Sacristán (2013) ao afirmar que o

currículo “é um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes” (p.18).

Nesse sentido, curricularizar a extensão pode ser uma possibilidade de ampliar a valorização e o reconhecimento das ações extensionistas no âmbito interno de cada curso de graduação e pós-graduação. Isto porque, como afirmam Gadotti (2017) e Steigleder, Zucchetti e Martins (2019), este momento atual pode ser potencialmente positivo para extensionistas, que por muito tempo tiveram seu trabalho desvalorizado em prol das atividades de pesquisa. A educação ocorre também por meio curricular, na forma como as disciplinas são dispostas, seus horários, sua carga de trabalho e até mesmo como estão alocadas na grade curso. Nada é isento de intencionalidade, seja ela explícita ou não.

Algumas experiências de curricularização da extensão começaram a ser divulgadas à comunidade científica, tais como o trabalho de revisão da literatura de Oliveira e Freitas (2020), o qual aponta que as instituições estavam livres para organizar a melhor política interna para essa creditação da carga horária da extensão no currículo da graduação. E que essa questão de ordem legal, levou a importantes discussões teóricas e metodológicas acerca do fazer extensão na universidade.

Ainda na pesquisa de Timm e Groenwald (2018), que apresentam a potencialidade de projetos extensionistas de atuarem como articuladores em cursos de formação de professores da área de Exatas. Assim como no trabalho de Melo et al (2023) que apresentam as experiências de implantação da extensão universitária no currículo dos cursos de Computação da Universidade Federal dos Pampas (Unipampa). Ou ainda, as reflexões desenvolvidas na tese de Zanon (2022), as quais refletem mais profundamente outras questões envolvidas na curricularização da extensão, apontando que essa política:

[...] esbarra nas definições da política docente, no orçamento da instituição, na disponibilidade de tempo/espço de licenciandos em práticas extensionistas, além de não desvincular-se da concepção de currículo disciplinar (p.33).

Ou seja, os desafios orçamentários e de cunho pedagógico ainda estão presentes nas ações e escolhas das Universidades quando deliberam acerca da curricularização da extensão em seus currículos. Na Universidade Federal do Paraná, o movimento de discussões acerca de como se daria o processo de curricularização da extensão envolveu

diversos atores. A partir de ações da Coordenadoria de Extensão (COEX) e da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), foram realizados diferentes encontros a partir do ano de 2018, envolvendo todos os setores e campi da instituição. Por fim, no ano de 2020 institui-se a Resolução 86/20 que estabelece as normas acerca da creditação das atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Esta normativa estabelece, em seu Art. 1º que irá:

Criar, no âmbito dos currículos plenos de graduação, presenciais e EAD, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes obrigatórios dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), totalizando 10% do total da carga horária do curso, tendo por finalidade ressaltar o valor das atividades de extensão que contribuem para a efetiva indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade.

Desta forma, parte de todo o currículo dos cursos de graduação precisaram inserir a ACE dentro de suas disciplinas. Cada curso ficou livre para escolher a forma como isso seria consolidado em seu currículo, levando em conta especificidades e demandas de cada área. No ano de 2023 algumas alterações foram realizadas, a partir da Resolução 83/23 CEPE, que altera a resolução anterior (80/20) indicando com maior detalhamento quais seriam as atividades curriculares de extensão (ACE) nos currículos dos cursos de graduação da Universidade, além disso dispondo acerca da carga horária de cada uma e incluindo ações como o Programa de Iniciação à docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica (PRP) como campos possíveis de articulação com ações curriculares de extensão universitária. Isso aponta para a adaptação constante do currículo e da necessidade de constantes revisões nas disposições normativas dentro de uma instituição educativa.

O CURRÍCULO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS EXATAS E A EXTENSÃO

Dentre os inúmeros cursos de graduação existentes na UFPR, destacamos aqui o curso de Licenciatura em Ciências Exatas (LCE). Este curso possui uma característica bastante interessante, pois possibilita o estudante a escolher sua habilitação após dois anos de ingresso no curso. Sendo as possíveis habilitações Física, Matemática ou Química. Este formato de curso é ofertado em três diferentes campi da Universidade. Sendo que, nosso enfoque de relato de experiência neste trabalho é o curso de LCE presente no Setor Palotina, localizado no oeste do estado do Paraná.

Antes de falar como o curso de LCE procurou adequar-se à normativa, é importante ressaltar que o corpo docente do curso possui características próprias. A contratação de docentes para um curso tão ambíguo que abrange, no mínimo quatro grandes áreas do conhecimento, a saber: Física, Química, Matemática e Ensino não é tarefa trivial. O corpo docente divide-se em especialistas das áreas específicas e professores pesquisadores da área de Educação e Ensino. No entanto, possui um aspecto relevante, boa parte do corpo docente, independente da sua formação de origem, possui vínculo ao menos com um projeto de extensão em andamento, além das diversas ações extensionistas realizadas.

Segundo os dados do Sistema Integrado de Gestão (SIGA), dos 131 projetos e ações extensionistas cadastrados no período de 2020 a 2024 no sistema, 78 são de professores vinculados ao curso de LCE, representando 59,9% de toda atividade extensionista no Setor. Destas ações, emergiram inclusive estudos práticos acerca da curricularização da extensão em disciplinas práticas do curso como no trabalho de Santos, Almeida e Parisoto (2021), bem como reflexões acerca das potencialidades das ferramentas EaD para a formação de professores no período da pandemia (Bartelmebs, Figueira, 2021). Assim percebemos que a extensão já faz parte do cotidiano de professores e alunos do curso de LCE.

As disciplinas extensionistas possuem a finalidade de ressaltar o valor das atividades de extensão e contribuir para a efetiva indissociabilidade entre a Tríade Universitária (UFPR, 2020). Conforme o PPC vigente, o curso de LCE possui carga horária total na habilitação em Física de 3.210 horas, habilitação em Matemática de 3.270 horas e habilitação em Química de 3.210 horas. Dessa carga horária foram implementados 11% em atividades Curriculares de Extensão (ACE), totalizando 375 horas em qualquer uma das três habilitações.

Com esse intuito, dentre as diversas unidades curriculares presentes no curso, foram implementadas duas disciplinas com carga horária de extensão no primeiro semestre da graduação. Uma delas está vinculada ao Departamento de Engenharias e Exatas (DEE) e a outra está vinculada ao Departamento de Educação, Ensino e Ciências (DEC). Além da inserção do componente extensão nas demais disciplinas do curso, especialmente nas voltadas a formação do futuro professor. Neste artigo vamos nos ater a apresentar as duas disciplinas de projetos integradores.

Os conteúdos das disciplinas de Projetos de Integração em Ciências Exatas e Projetos de Integração em Educação e Ensino em Ciências Exatas são elaborados para fornecer aos acadêmicos o primeiro contato com a extensão e as ações extensionistas. Nessas disciplinas ocorre a introdução das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação relacionadas com as áreas de educação e ensino, assim como as áreas de Física, Química e Matemática.

Ambas as disciplinas são ofertadas para os alunos ingressantes do curso e metade da sua carga horária é dedicada à extensão. A disciplina de Projetos de Integração em Ciências Exatas possui carga horária de 60 horas aulas e é ofertada pelos docentes do DEE. A carga horária da disciplina de Projetos de Integração em Educação e Ensino de Ciências Exatas é de 30 horas aulas e é ofertada pelos docentes do DEC.

As duas disciplinas são ofertadas em conjunto, em uma mesma noite. O horário é dividido quinzenalmente, sendo assim, a cada 15 dias os alunos terão aulas da disciplina ofertada pelo DEC e na semana seguinte, aulas da disciplina ofertada pelo DEE. Ambas disciplinas tratam de temas similares, mas com enfoque diferenciado. A disciplina ofertada pelo DEE busca contemplar, além da parte histórica e burocrática da extensão universitária, inserir também os projetos de pesquisa. Já a disciplina ofertada pelo DEC contempla as ações práticas dos projetos extensionistas na área de Ensino.

Assim, no primeiro semestre do curso de Licenciatura em Ciências Exatas, os estudantes têm a oportunidade de se aprofundar em uma disciplina fundamental: Projetos de Integração em Ciências Exatas. Esta disciplina visa familiarizar os estudantes aos variados tipos de projetos realizados na universidade, oferecendo-lhes uma visão abrangente das diferentes áreas e possibilidades que podem explorar durante sua jornada acadêmica.

Na disciplina, um dos primeiros tópicos explorados é a classificação dos diversos projetos realizados na universidade. Os alunos são introduzidos às distintas categorias de projetos, que vão desde pesquisas acadêmicas até iniciativas de extensão e inovação, proporcionando-lhes uma compreensão abrangente da variedade e do alcance das atividades acadêmicas no ambiente universitário.

Ademais, é destacado a importância de compreender as diferenças entre os diversos projetos existentes, seja elas relacionadas aos enfoques, objetivos, metodologias ou áreas de atuação. Esta compreensão é essencial para que os estudantes possam identificar quais

projetos estão alinhados com seus interesses e aspirações profissionais. Buscando assim, desde os primeiros semestres do curso, a participar ativamente dos projetos relacionados ao curso de licenciatura.

Outro aspecto fundamental abordado na disciplina é a apresentação dos docentes de cada uma das áreas de atuação do curso, a saber Física, Química, Matemática e Ensino/Educação, e seus respectivos perfis acadêmicos. Os alunos são instruídos a como acessar os currículos Lattes dos docentes para conhecer suas trajetórias acadêmicas, áreas de pesquisa e outros projetos em que estão envolvidos. Esta interação precoce permite aos alunos familiarizarem-se com os docentes e suas áreas de expertise, facilitando a identificação de potenciais orientadores e projetos de interesse.

Isso porque, como apontam os estudos de Sousa Neto e Attiki (2005) participar de projetos, especialmente de cunho extensionista potencializar a integração da instituição universitária na comunidade, permitindo aos estudantes desenvolverem diferentes aspectos do saber científico.

Durante as disciplinas, é ressaltado também a importância de não deixar para conhecer os projetos vinculados ao curso apenas quando encontrarem os docentes em disciplinas específicas. Dependendo da habilitação escolhida, os estudantes podem não ter contato com diversos docentes ao longo do curso. Portanto, é essencial que explorem proativamente as oportunidades de interação e aprendizado oferecidas por esses professores desde o início de sua formação acadêmica.

Por fim, a disciplina de Projetos de Integração em Ciências Exatas proporciona aos alunos orientações práticas sobre os elementos necessários para a elaboração de um resumo e a realização de uma apresentação acadêmica. Estas atividades são realizadas em parceria com a disciplina de Projetos de Integração em Educação e Ensino de Ciências Exatas, visando desenvolver habilidades essenciais para a comunicação científica e a divulgação de projetos sejam elas de ensino, pesquisa, extensão, inovação ou empreendedorismo.

Entendemos que ajustes sejam necessários. Um dos maiores desafios que enfrentamos anualmente é a mobilidade docente nas disciplinas, causada pelo encerramento de projetos de extensão. Temos em vista a possibilidade da sobrecarga dos docentes que se dispõe a ofertar vagas de curricularização em seus projetos extensionistas.

Porém, compreendemos que a disciplina de Projetos de Integração em Ciências Exatas desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, proporcionando-lhes um conhecimento abrangente sobre os projetos existentes na universidade, as diferentes áreas de atuação e as habilidades necessárias para se engajarem ativamente na comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este artigo, gostaríamos de enfatizar o quanto é desafiador inserir práticas extensionistas no currículo de um curso de graduação. Mesmo quando boa parte do corpo docente já possui experiência a engajamento com a extensão universitária, ainda restam diversos desafios a serem superados. No entanto, é importante destacar a relevância dessa iniciativa que surgiu com o PNE (2014-2024), entendendo como um movimento educativo, que pode potencializar dar maior visibilidade para a extensão universitária, e ainda, possibilitar um maior vínculo entre Universidade e comunidade. Destacamos ainda que a integração das atividades de extensão nos currículos dos cursos contribui para uma formação mais ampla e engajada com as demandas sociais.

Podemos avaliar como positiva nossa experiência com a criação das disciplinas de projetos integradores. A partir delas é possível abarcar uma parte teórica e uma parte prática para a compreensão da extensão universitária pelos estudantes de LCE.

Compreendemos a necessidade de ajustes contínuos, especialmente diante de desafios significativos que enfrentamos. Um dos principais obstáculos reside na mobilidade docente nas disciplinas, resultante do encerramento de projetos de extensão, e na potencial sobrecarga dos docentes que oferecem vagas para a curricularização em seus projetos extensionistas. Além disso, as universidades federais continuam a enfrentar o desafio constante da liberação orçamentária, especialmente considerando que as ações na comunidade frequentemente incorrem em custos que não são cobertos por outras fontes de recursos. Estes são aspectos cruciais que demandam atenção e busca por soluções sustentáveis no contexto da curricularização da extensão.

AGRADECIMENTOS

Caso os autores incluam agradecimentos, alocar a seção antes de Referências.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. L.; FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da universidade brasileira. **Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BARTELMEBS, R. C.; FIGUEIRA, M. M. T. Astronomia no Google Classroom: uma experiência da formação continuada em tempos de Pandemia. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 23, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/80419>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BEZERRA, A. N. S.; SOUSA, F. M. L. de.; COLARES, A. A. A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma praxis emancipadora. **Olhar de Professor**, v. 25, p. 1–22, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.20879.072. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Constituição (1988), artigo nº 207. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Seção 1, pt. 8.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Data maio de 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-deExtens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024

GADOTTI, M. **Extensão Universitária para quê?** Instituto Paulo Freire. 2017. Disponível em: https://paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf Acesso em 15 mar. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MELO, Amanda Meincke; DE MELLO, Aline Vieira; KREUTZ, Diego; BERNARDINO, Maicon. Curricularização da Extensão Universitária em Cursos de Computação: experiências e possibilidades. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3. , 2023, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 289-299. DOI: <https://doi.org/10.5753/educomp.2023.228340>.

NOVAIS CABRAL DE OLIVEIRA, Carla Viviane; RIBEIRO TOSTA, Marielce de Cássia; RANDOW DE FREITAS, Rodrigo. Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. **Brazilian Journal of Production Engineering**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 114–127, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/30835>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. 1. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, T. C. dos; ALMEIDA, W. D. de; PARISOTO, M. F. Como integrar a Extensão com as disciplinas da graduação? Um relato de Experiências sobre o Modelo Atômico. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 23, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/80583>. Acesso em: 13 mar. 2024

SERVA, F. M. **Educação Superior no Brasil: Um estudo sobre a Política de Curricularização da Extensão Universitária**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, São Paulo. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. 198p, 2020.

SILVA, W. P. Extensão Universitária: um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, Lagoa Nova, v. 11, n. 2, p. 21 – 32, 2020.

STEIGLEDER, L. I.; ZUCCHETTI, D. T.; MARTINS, R. L. Trajetória para a curricularização da extensão universitária: atuação do FOREXT e diretrizes nacionais. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 10, n. 3, p. 167-174, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10916/7289>. Acesso em 13 de mar. 2024.

SOUZA, V. de F. M. de .; FLORES, P. P.; SILVA, F. L. O.; CATABRIGA, L. M.; SOUSA, Y. M. da S. C. de .; MOREIRA , E. C. . Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura: uma análise da produção científica brasileira. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 33, n. 66, p. e38[2023], 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v33.n.66.s17106. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17106>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SOUZA NETO, J. C.; ATTIKI, M. L. G. Extensão Universitária: Construção de Solidariedade. São Paulo: **Expressão & Arte**, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Resolução n° 86/2020 - CEPE. Dispõe sobre a creditação das Atividades Curriculares de Extensão nos currículos plenos dos cursos de Graduação da UFPR. SEI/UFPR, Curitiba, PR, 23 de nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Exatas, 2020. Disponível em: https://lce.ufpr.br/wp-content/themes/Fecitec2015/uploads/2021/PPC_EXATAS_2021.pdf. Acesso em 25 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Resolução n° 83/2023 - CEPE. Altera a Resolução n° 86/20-CEPE que dispõe sobre a creditação das Atividades Curriculares de Extensão nos currículos plenos dos cursos de graduação da UFPR. SEI/UFPR, Curitiba, PR, 19 de nov. 2023. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2023/11/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-83-23-CEPE.pdf>. Acesso em 15 mar. 2024.

TIMM, Ursula Tatiana; GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira. A curricularização da extensão universitária em um curso de formação de professores de matemática. **Cadernos Cenpec** | Nova série, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/395>>. Acesso em: 18 apr. 2024.

ZANON, Denise Puglia. **O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

Recebido em: 29 de abril de 2024.

Aceito em: 03 de setembro de 2024.